

Solidariedade sem fronteiras

» JOSÉ ROBERTO TADROS
Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

O ano de 2024 ficará marcado por um importante passo no enfrentamento a um dos maiores flagelos da humanidade: a fome. O lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, proposta e apresentada em reunião do G20 recentemente, visa mobilizar os mais diversos setores da sociedade em torno dessa questão, que, segundo o último relatório das Organizações das Nações Unidas (ONU), atinge mais de 713 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, apesar da redução no número de pessoas que passam fome, os dados ainda apontam 8,4 milhões de brasileiros subnutridos.

Entender que a fome é um problema de responsabilidade de toda a sociedade é essencial. A criação de políticas públicas que atuem em soluções para a questão passa por um amplo debate, que precisa reunir desde as instâncias de governo até a iniciativa privada e instituições assistenciais. Nesse sentido, a união de esforços proposta pela Aliança Global é um caminho promissor.

São muitas as iniciativas, em diversas partes do mundo, com o viés de luta contra a fome. Experiências que certamente podem ser replicadas ou servir de referência para futuras ações. No Brasil, o Sistema Comércio

desenvolve um programa que visa à segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade. O Sesc Mesa Brasil, que completa 30 anos de criação neste ano, é hoje a maior rede privada de bancos de alimentos da América Latina, já tendo distribuído nessas três décadas mais de 770 milhões de quilos de alimentos, arrecadados junto a uma rede de parceiros nacionais e internacionais.

O Sesc Mesa Brasil está presente em todos os estados do país e é um exemplo de sucesso da união de esforços. A parceria com as empresas doadoras é a força motriz do programa, que oferece sua logística para o escoamento de produtos que seriam descartados por estarem fora dos padrões de comercialização, apesar de ainda próprios para o consumo. Dessa forma, possibilita a seus parceiros serem protagonistas nesse papel social de luta contra a fome. Do outro lado dessa rede de solidariedade, estão as entidades que recebem os alimentos, utilizados na produção de refeições destinadas ao atendimento de milhares de pessoas diariamente.

Outra importante vertente do programa é o combate ao desperdício. Um estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas para

Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destacou que reduzir a perda alimentar pela metade evitaria que até 153 milhões de pessoas no mundo sofressem de fome, ao mesmo tempo que diminuiria em 4% as emissões de gases do efeito estufa relacionadas à agricultura.

No Brasil, segundo dados do IBGE, cerca de 30% dos alimentos produzidos vão parar no lixo. Frutas e legumes representam mais da metade das perdas devido à natureza perecível e ao curto prazo de validade. Ao atuar na redução do desperdício por meio da coleta junto a seus parceiros, o Sesc Mesa Brasil auxilia não só na questão da fome, como proporciona uma maior qualidade nutricional a esse público em situação de vulnerabilidade.

A concretização da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza representa um passo decisivo na construção de um mundo menos desigual. Será uma rede de solidariedade sem fronteiras, compartilhando políticas e experiências exitosas e aproximando nações em uma causa das mais nobres. Esperamos que o trabalho do Sesc Mesa Brasil possa também contribuir nessa futura jornada como um exemplo de cidadania e compromisso pelo desenvolvimento social.



A retomada do protagonismo do mercado brasileiro de fertilizantes

» GUSTAVO HORBACH
Diretor-presidente da EuroChem na América do Sul

Em um passado não tão distante, meados da década de 1990, o Brasil produzia mais fertilizantes que importava e até 65% do consumo era de produção local. De lá para cá, alguns aspectos históricos, como estagnação dos investimentos no parque fabril e as frequentes readequações tributárias, impulsionaram a importação dos nutrientes básicos da agricultura (nitrogênio, fósforo e potássio), de tal modo que fizeram o país atingir um nível de dependência delicado: hoje, cerca de 85% dos fertilizantes usados na agricultura brasileira são de origem estrangeira.

Segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), a importação de fertilizantes passou de 7,4 milhões de toneladas, em 1998, para quase 33 milhões em 2020, um crescimento de 445% em pouco mais de duas décadas. No mesmo período, a produção nacional teve queda de 13,5%, passando de 7,4 milhões de toneladas para 6,4 milhões. Um paradoxo foi verificado nos últimos 25 anos: enquanto lideramos uma revolução de tecnologia, gestão e inovação no campo — que nos alçou ao patamar de superpotência agrícola —, fomos incapazes de produzir o mesmo efeito em uma indústria essencial a esse mesmo ecossistema produtivo.

Acabamos lançando mão e criamos soluções de curto prazo, emergenciais, visando destravar a produção agrícola nacional para atender à demanda internacional em constante crescimento. Uma decisão necessária, principalmente se olharmos para o agronegócio como um player isolado, mas que negligenciou a cadeia nacional de fornecimento de matérias-primas, como o setor de fertilizantes.

Em 2024, os números continuam preocupantes. Segundo o boletim logístico de junho da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no período janeiro-maio deste ano, foram desembarcadas nos portos brasileiros 13,64 milhões de toneladas de fertilizantes, contra 13,61 milhões no mesmo período de 2023. A Anda ainda registrou que a produção nacional de fertilizantes, de janeiro a abril deste ano, foi de apenas 1,9 milhão de toneladas, enquanto, no mesmo período do ano passado, foi de 2,2 milhões de toneladas, uma queda de 11,9%.

A vocação do Brasil em ser um ator mais que relevante na redução da insegurança alimentar global por meio do crescimento da produção agrícola e respondendo por quase metade da produção mundial de alimentos nos próximos anos deve propiciar, obrigatoriamente, o fundamental desenvolvimento do mercado nacional de fertilizantes.

O Brasil se encontra em uma posição vulnerável em relação à variação de preços e de oferta causadas por fatores geopolíticos e especulações comerciais internacionais, mesmo o país sendo o quarto consumidor global de fertilizantes e com condições geológicas, econômicas e de infraestrutura adequadas para desenvolver a produção local.

E a mudança desse quadro ocorrerá apenas com um olhar estratégico para o setor, por meio de uma política de Estado, suportada pela indústria e pela academia, que extrapole governos e projetos e mercado nacional para daqui a 40, 50 anos. Acreditamos que o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), lançado pelo governo federal

em março de 2022, e a remodelação do Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas (Confert), em maio de 2023, foram iniciativas relevantes visando à retomada do protagonismo do mercado brasileiro de fertilizantes.

Por meio de incentivos fiscais, linhas de financiamento, parcerias e mudanças regulatórias, o PNF vai fomentar investimentos públicos e privados e, conseqüentemente, a produção nacional, reduzindo a dependência do Brasil dos insumos importados para cerca de 45% até 2050, fortalecendo a soberania nacional e a segurança alimentar do Brasil e do mundo.

E há mais uma iniciativa importante: o Rio + Agro, fórum Internacional de sustentabilidade agroambiental das cadeias produtivas do agronegócio, que reuniu, de 29 de julho a 2 de agosto, especialistas para debater temas relevantes e desafios comuns do setor. A programação considerou participação ativa do governo federal por meio de representantes dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; da Agricultura e Pecuária; e de Minas e Energia; da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), entre outros.

Iniciativas como essa, aliadas a investimentos privados, como o Complexo Mineroindustrial de Serra de Salitre da EuroChem, em Minas Gerais, a primeira planta de mineração do grupo fora do continente europeu, reforçam a confiança do setor no Brasil e a nossa expectativa de que o governo, de maneira acertada e pragmática, seguirá avançando com a implementação do Plano Nacional de Fertilizantes, reduzindo vulnerabilidades externas e dando mais segurança ao agronegócio brasileiro.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Democracia à vista ou a prazo

Alguns fatos, por sua evidência cristalina, muitas vezes passam despercebidos para a maioria das pessoas, mesmo estando na ponta do nariz de muitos. Em se tratando do nosso modelo político partidário — uma espécie de protótipo projetado para não atender aos interesses soberanos dos eleitores e, sim, ao apetite pantagruélico dos caciques e donos das legendas —, fica patente que é chegada a hora de a população exigir, pelos meios legais de que dispõe, uma reforma profunda que moralize e racionalize esse sistema o quanto antes, sob pena de conduzir a nação para um tipo inédito de ditadura no qual os desígnios dos políticos suplantarão, em muito, o que esperam os cidadãos de bem.

Nesse ponto, fica demonstrado, na prática, que a existência de uma enorme bancada composta por aproximadamente 200 parlamentares, ou cerca de 40% dos deputados, e que, em muitas votações de interesse, tem mostrado um comportamento disciplinado e coeso, poderia muito bem ser aglutinada em apenas um bloco. O bloco de direita, eliminando, assim, uma dezena de legendas inúteis e dispendiosas para os eleitores. Do mesmo modo, poderiam ficar concentrados num bloco da esquerda todos os partidos que defendem essa ideologia. O restante ficaria distribuído entre os blocos de centro-direita e centro-esquerda, completando, assim, quatro grandes bancadas com assento nas duas Casas do Congresso.

Poderia, ainda, segundo preferência do eleitor, ser formado um quinto bloco, composto por parlamentares avulsos e independentes. A eliminação de dezenas de legendas de aluguel e que só têm servido para onerar nosso já dispendioso modelo de representação, tornando-o disperso e ineficaz, representaria uma economia necessária para o país.

Trata-se de um gasto, muitas vezes, superior ao que é destinado para muitas áreas de interesse imediato da população. O fato é que o nosso modelo de democracia custa muitíssimo ao eleitor, pagador de impostos. O pior é que este é um modelo que, incrivelmente, atende muito mais à classe política do que aos brasileiros e tende a piorar nos próximos anos.

Obviamente que a democracia, como regime político que preza a liberdade e o Estado Democrático de Direito, não pode ser avaliada segundo metodologias de precificação, mas, em se tratando do nosso modelo particular, erigido para enriquecer indivíduos e partidos, estamos falando de um outro preço: o preço da esperteza. A questão é saber até quando os brasileiros estarão dispostos a pagar para ter o atual modelo em mãos?

Em termos comparativos com outros países desenvolvidos e onde a democracia é uma conquista centenária, sabe-se que nosso modelo custa aproximadamente seis vezes mais do que o francês e cinco vezes mais do que o britânico, que existe desde 1689.

Temos uma das eleições mais caras. Com a proibição do financiamento privado, depois dos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato, os políticos foram com fome para cima dos cofres públicos, onde, por meio do chamado presidencialismo de coalizão, arrancam, a cada eleição, o que querem de recursos.

Os custos somados dos fundos partidários e dos fundos eleitorais demonstram, na prática, que estamos no caminho errado para a democracia. Não é por meio da tutela estatal da classe política, realizada a fundo perdido, que teremos a democracia a que temos direito.

»A frase que foi pronunciada:

“O Senado precisa fazer as pazes com o povo.”

Senador Girão

Atividades

Começou a Quaresma Franciscana de São Miguel Arcanjo, que vai até o dia 29. Veja a programação no blog do Ari Cunha.

Novidade

Turistas em passagem por Brasília comentam que sentiram falta de uma placa nas entrequadras com um mapa das lojas/serviço existentes. A ideia é ótima.

Arquitetura

Já com os ingressos à disposição do público, a mostra da última versão da Casa Cor está interessante. A natureza quase sempre presente é uma indicação dessa necessidade humana em respirar o verde. Neste ano, a mostra vai até 16 de outubro, com 43 ambientes assinados por 71 profissionais, na Arena BRB, no Mané Garrincha.

»História de Brasília

O Dr. Waldemar Lucas tem sido um administrador ideal para Taguatinga. Pegou a cidade sem nenhuma organização, sem lotes regularizados, com invasões por todos os lados, e está pondo tudo nos eixos. É um elogio a quem merece. (Publicada em 15/4/1962)